

Partidos pregam a conclusão imediata da Carta

Marcondes Sampaio

Reunidos na manhã de ontem no Senado, os presidentes de onze partidos políticos emitiram uma lacônica nota de cinco linhas em que proclamam a disposição de lutarem pelo fortalecimento da democracia e pela imediata conclusão dos trabalhos da Constituinte.

O presidente do PDT, Leonel Brizola, candidato desse partido à Presidência da República, provocou certo mal-estar entre a maioria dos presentes por uma enérgica condenação que fez à possibilidade de a Constituinte aprovar a adoção do sistema parlamentarista de Governo, por ele apontada como a "ameaça maior que paira sobre o povo brasileiro".

Apesar do sentido histórico da reunião — foi o primeiro encontro de presidentes de todos os partidos, na Nova República — ela durou apenas hora e meia e foi marcada pelo caráter superficial das suas conclusões. O laconismo da nota resultou da conclusão de que era impossível os presentes chegarem a posições de consenso em torno de questões mais complexas que alguns presidentes de partido pretendiam examinar, como o isolamento político do governo Sarney e a crise econômico-social.

De qualquer modo, os participantes da reunião foram unânimes no reconhecimento de que ela foi importante, quando menos como abertura de um caminho de articulação entre os partidos, sempre que houver um momento de tensão política no País. O presidente do PMDB,

Ulysses Guimarães, chegou a comentar que "não precisaria nem a nota. Bastaria a reunião para demonstrar a "seriedade" da situação nacional.

O presidente do PFL, Marco Maciel, disse coisa parecida: "Talvez mais importante do que a nota tenha sido o simples fato de nos termos reunido". Para o presidente do PDS, Jarbas Passarinho, diante da pluralidade de correntes ideológicas representadas no encontro, a "síntese constante da nota foi a necessária: a defesa do fortalecimento da democracia".

Embora sem data definida, ficou acertado que os presidentes de partido voltarão a promover brevemente um novo encontro e a nota expressa o desejo deles de manter "processo de consultas".

Esvaziamento

A reunião de ontem foi proposta na semana passada pelo líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, e pelo presidente do PT, Olívio Dutra, com o objetivo de reagir à ofensiva que o presidente Sarney desfechou, nas últimas semanas, contra a Constituinte e para demonstrar a coesão dos políticos diante da eventualidade de um confronto mais grave com o Executivo. Com o aparente abrandamento das tensões, após um encontro que Ulysses manteve no último fim de semana com Sarney, a motivação do encontro acabou sendo um pouco minimizada.

Leonel Brizola ainda tentou aprofundar as discussões fazendo três intervenções durante a reunião numa das quais propôs que os

signatários da nota nela incluíssem a defesa do sistema presidencialista. Diante da reação da maioria, contrária a referências a temas polêmicos, Brizola propôs que a nota fossem acrescentadas ressalvas daqueles que pretendessem acrescentar algum ponto. Essa ideia também foi recusada porque as ressalvas se tornariam mais expressivas do que o texto principal.

Refeição

A maioria dos presentes era constituída de presidencialistas, mas mesmo assim Brizola não teve nenhum endosso à sua proposta. Ulysses Guimarães comentou que pessoalmente era defensor do presidencialismo, mas não podia assumir essa opção em nome do PMDB, por se tratar de uma "questão aberta" no partido.

O presidente do PFL, Marco Maciel, chegou à reunião com o esboço de um documento bem mais amplo do que a nota que foi divulgada, mas leu apenas dois dos cinco parágrafos. Esse texto atribuía à manifestação dos presidentes de partido um caráter de "acordo nacional suprapartidário" e tratava de questões tão variadas quanto a defesa de uma transição sem traumas e sem confrontos; a renegociação da dívida externa e o combate à inflação.

Participaram ainda da reunião os presidentes do PCB, Salomão Malina; PC do B, João Amazonas; PDC, Mauro Borges; PSB, Jamil Haddad; PL, Alvaro Valle; PT, Olívio Dutra, e, em nome do PTB, o senador Afonso Camargo.



Os presidentes partidários decidiram realizar novas reuniões para avaliar a situação política

Líderes vêem pressão da sociedade

A pressão da sociedade para que os parlamentares terminem o mais rápido possível os trabalhos da Constituinte é o principal fator para as votações terem adquirido um ritmo mais acelerado nos últimos dias. Esta é a convicção da maioria das lideranças na Assembleia, que identificam na crise política apenas um dado secundário para o andamento mais rápido das votações.

O senador Jarbas Passarinho (PA), presidente do PDS, que há uma semana fez um discurso no Senado alertando para a possibilidade de ruptura constitucional em função da crise política, considera que a questão é apenas um fator "coadjuvante, não o principal".

Luis Roberto Ponte, deputado

pelo PMDB-RS e um dos líderes do "Centrão", também procura minimizar a influência da crise política como causa da rapidez da Constituinte nos últimos dias. Segundo ele, a crise existe, mas o que está determinando a aceleração das votações "é o desejo de Ulysses Guimarães de terminar logo a Carta". O líder do PCB, deputado Roberto Freire, afirma que criou-se uma expectativa de prazos na sociedade. Dessa forma, está todo mundo esperando que a Constituinte encerre logo seus trabalhos".

Coincidência

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), diz que a crise política, com os ataques do Executivo à Constituinte, "é apenas coincidente com

uma fase normal da Assembleia em que as votações teriam que ser aceleradas".

Maury Muller (RS), vice-líder do PDT, concorda. Na sua opinião o recesso de Carnaval contribuiu muito mais para o andamento da Constituinte do que a crise. O líder do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP), tem a mesma linha de raciocínio. Para ele a sociedade "está exigindo que a Constituinte ande logo. A crise influencia pouco. José Lourenço, líder do PFL, diz que a crise não "é tão profunda assim". A crise política, como fator de aceleração da votação é admitida pelo deputado Haroldo Lima (PC do B-BA). Ele afirma que as votações estão mais rápidas depois do conflito entre o Executivo e o Legislativo.

Deputado prevê grave crise

"A situação do País é séria e uma simples fotografia da reunião de presidentes dos partidos políticos, para discutir esse problema, prova isso e tornaria até dispensável a divulgação de qualquer nota oficial, para relatar o que ali se discutiu". Isso foi o que declarou o presidente nacional do PMDB, da Câmara e da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ao retirar-se da sala de reuniões do Departamento de Arquivo, no Senado Federal, na qual estiveram reunidos os presidentes de quase todas as agremiações partidárias, para exame da crise brasileira.

Ulysses reconheceu, na conversa com os repórteres, que a crise brasileira é ao mesmo tempo econômica e política. Durante a reunião dos dirigentes partidários, porém, abordou-se apenas o aspecto político da situação nacional, segundo explicou.

"O Brizola (ex-governador Leonel Brizola, do Rio, presidente do PDT) levantou a questão do sistema de governo, considerando a adoção do parlamentarismo uma cassação do eleitorado brasileiro, desejo de eleger seu presidente da República. Fiz ver que essa questão doutrinária era tratada de modo diferente pelos vários partidos e o ex-governador entendeu e aceitou tal argumento".

Novas reuniões

Do ponto de vista político,

Ulysses garante Constituinte

O presidente nacional do PMDB, na Câmara e da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, afirmou, ontem, após reunião com os presidentes de todos os partidos políticos, à exceção apenas do dirigente do Partido Municipalista Brasileiro — durante a qual se debateu a situação do País — que "nada vai alterar os rumos da Assembleia".

Ulysses referiu-se especificamente ao encontro que se realizava naquele mesmo instante, no Ministério da Justiça, do ministro Paulo Brossard de outros ministros, em favor da tese do mandato presidencial de cinco anos para o atual chefe de Governo, José Sarney.

Preocupado quanto à situação geral do Brasil, mas tranqüilo em relação ao trabalho que vem sendo feito na Constituinte, Ulysses

admitiu que um dos fatores capazes de gerar inquietação era a dúvida sobre o mandato presidencial. Ficou resolvido — conforme explicou — que os dirigentes partidários realizarão novas reuniões para avaliar o quadro político atual. Além disso, anunciou Ulysses, "vamos continuar na Constituinte a trabalhar em ritmo acelerado, pois essa é uma das saídas da crise".

Essa tese do presidente do PMDB foi aceita pelo dirigente nacional do Partido Democrático Cristão, senador Mauro Borges (GO). "Vamos manter o ritmo de trabalho da Assembleia" — frisou o representante goiano.

Para o presidente nacional do PCB, Salomão Malina, "é importante que concluamos a transição, evitando confrontos".

"A Constituinte pode não estar fazendo a Constituição ideal de nenhum grupo partidário, mas é um importante passo à frente, pelo fato de criar condições para o enfrentamento de nossos problemas políticos". Esse foi o pensamento exposto na ocasião por Malina, que pediu, ainda, no caso provável de eleições presidenciais no ano corrente, que após o pleito todos os candidatos se comprometessem a preservar a estabilidade política, a defender o regime democrático e a acatarem as regras do jogo a que se submetem. Sem a solução dos problemas econômicos, encerrou Malina, "também não teremos estabilidade política".

sublinhou a propósito de pressões políticas, que "forças mais poderosas, como as grandes multinacionais e as empresas nacionais, em nada alteraram nem vão alterar as aspirações da Assembleia, em face do interesse Nacional".

Na conversa com o repórter do JBr, o presidente da Constituinte contestou que o ritmo acelerado de votação do projeto constitucional dê ensejo a imperfeições. "Tivemos — disse ele — mais de 40 mil emendas ao projeto de Constituição. Debates todos os assuntos por mais de um ano. Assim, as ideias estão sedimentadas.

Ulysses considerou imprecisa a impressão de que seu partido, o PMDB, pelo fato de ter tido responsabilidade na gestão econômica do Governo Sarney, esteja eleitoral e politicamente desgastado.

Para Brizola, pior só parlamentarismo

Nélio Rodrigues

Pior do que a ofensiva do presidente Sarney e de alguns dos seus ministros contra a Constituinte é a "ameaça que vem da própria Constituinte, de aprovar a adoção do parlamentarismo". Essa opinião, que já havia sido externada na reunião dos presidentes de partido, foi repetida, em várias declarações à imprensa, pelo presidente do PDT, Leonel Brizola.

Para ele, o parlamentarismo equivaleria ao restabelecimento do Colégio Eleitoral do Presidente da República, com a escolha indireta do chefe do governo, "legitimando o que a ditadura fez durante 20 anos" (o uso do voto indireto) e "tirando a estabilidade das instituições votadas pela Constituinte".

Ainda segundo o ex-governador do Rio, o presidente da República eleito sob o regime parlamentarista seria uma "Rainha da Inglaterra", com pouca influência na condução dos destinos do País.

"Não precisa rir"

A colocação básica de Brizola é a de que "duas ordens de ameaças pesam sobre o povo brasileiro: a primeira, são as pressões do Presidente e dos ministros sobre a Constituinte. Contra elas, pelo menos, registra-se uma reação generalizada". Por isso, considera que "a ameaça maior, mais grave" é a que vem da Constituinte, diante da perspectiva de aprovação do Parlamentarismo.

Perguntado se, com a aprovação desse sistema, ele continuaria candidato à Presidência, Brizola respondeu que não é candidato, nem está postulando essa candidatura. Em seguida, acrescentou uma ressalva sintomática: "Não precisa rir do que digo".

Apesar da frustração por não ver incluída a defesa do presidencialismo na nota de ontem, Brizola considerou positivo o encontro dos presidentes dos partidos e mostrou-se favorável a novas reuniões do gênero.



Hoje, Sarney atacará no "pé-do-rádio"

Janauba (MG) — A suspeita de que a Constituinte tornou "pálido" o desempenho de seu Governo, move o presidente José Sarney no sentido de insistir na tentativa de equilibrar a influência entre os dois poderes. Essa posição, definida por assessores da Presidência, deve levar o Presidente a um novo pronunciamento crítico à Constituinte, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", hoje, às 6h00 da manhã.

A recente aprovação do direito de voto facultativo, aos maiores de 16 anos, por exemplo, causou novo mal-estar no Palácio do Planalto. O Governo, segundo esses mesmos assessores, entende que essa medida vai colocar as principais decisões políticas nas mãos de crianças.

Antes centradas "nas minorias radicais" e veladamente na figura do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, as críticas do Palácio do Planalto agora se estendem ao senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que comandou da tribuna da Constituinte a aprovação do voto facultativo aos maiores de 16 anos. Os auxiliares próximos ao Presidente chegam a definir Ulysses e Arinos como "caducos" que não resistem aos aplausos do plenário e estão ajudando os setores progressistas a fazer a Constituição que desejam.